

A colonialidade do saber – Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Organizado por Edgardo Lander.

Apresentação

Trata-se de uma coletânea de textos, fruto do Congresso Mundial de Sociologia realizado em Montreal em 1998, que evidencia o eurocentrismo e ciências sociais como uma questão epistêmica. Edgardo Lander diretor do projeto contribui inúmeras vezes com sugestões aos demais autores no intuito de enriquecer o resultado deste simpósio. É uma análise das distintas formações sociais e por sua vez destaca legado do regime neoliberal que vai para além das questões econômicas.

Esta obra critica a episteme eurocêntrica que subalterniza outras formas de conhecimento, reduzindo a compreensão do mundo em parâmetros dicotômicos e entendendo a modernidade como marco de racionalização que possibilita um julgamento de inferioridade aos que não fazem parte deste centro. Interessante se faz ressaltar que à América não foi dado o direito de escolher seu próprio nome, sendo batizada pelos seus colonizadores, outro ponto de destaque do eurocentrismo nada velado é o modo de lidar com as revoluções, enquanto a Francesa e a Americana são festejadas a do Haiti não é sequer lembrada como marco de liberdade.

Outra demanda que A colonialidade do Saber apresenta é o debate acerca do papel dos intelectuais na construção do conhecimento, denunciando o colonialidade do pensamento em diversas narrativas até então historicamente normatizada, apresentando diferentes abordagens dos temas outrora concentrados na visão hegemônica da Europa sobre o mundo.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntrico.

O primeiro texto *Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntrico* escrito pelo organizador da obra, Edgardo Lander também professor da Universidad Central de Venezuela apresenta a naturalização e normatização da sociedade liberal e como as ciências sociais tem o papel significativo neste processo. Este modelo é concebido como mais avançado com seus pressupostos civilizatórios, sendo amplamente propagado como padrão universal hegemônico.

Os saberes modernos são fundamentados nas denominadas duas dimensões, a primeira diz respeito as separações do Ocidente e a segunda trata da relação entre saber e poder na base do mundo moderno. No que tange as separações tem se a origem a

religiosa, que vai de desdobrar na ruptura ontológica entre corpo e mente. Esta ruptura culmina em uma objetivação e universalização tipicamente moderna, contribuindo para uma divisão entre população e os especialistas, que marca uma crescente cientifização dos saberes. Esta ruptura apresenta ainda, um mecanismo de afastamento da espiritualidade em nome da razão, uma desispiritualidade.

Estes processos de cisão encontram sua influência na conquista do continente americano, dando início a organização colonial do mundo. Vale ressaltar que este colonialismo não se circunscreve somente geograficamente, mas também em todo âmbito cultural. Desse modo, observa-se uma crescente delimitação hierárquica e, conseqüentemente, universalizadora. Tal hierarquia destaca o “eu e os outros” a necessidade de se identificar para excluir o que não faz parte do “nós”.

O modelo de organização liberal teve sua consolidação em um processo traumático da mudança das relações de trabalho, a qual resulta uma transformação de camponês em operário. Isso nada mais que é um desdobramento da garantia do direito, agora não mais resguardar um valor coletivo, mas sim um individual se põe, em nome de direitos universais nega-se o direito a maioria.

A cosmovisão que predomina na modernidade é composta de quatro dimensões que constroem o imaginário do intelectual das ciências sociais; dimensões essa que são: 1) visão universal da história associada a ideia de progresso; 2) ideia de uma natureza humana da sociedade liberal capitalista; 3) ontologia de uma divisão própria desta sociedade; 4) superioridade da ciência frente à outras formas de conhecimento. Essas dimensões fortalecem o imaginário de superioridade e universalidade do eurocentrismo baseado em sua experiência específica, naturalizando o “normal” a partir do dispositivo de conhecimento colonial.

Desta forma, as ciências sociais contribuíram efetivamente para estabelecimento do padrão civilizador. A crítica ao eurocentrismo colonial do conhecimento surge como alternativa a ideia de modernidade como parâmetro universal de civilização. Vários autores tem se dedicado a pluralidade epistêmica, abordando outros referenciais além da visão hegemônica branca, tida até então como universal.

As novas premissas compreendem questões relativas a toda organização colonial, dos sistemas econômicos ao território político. Neste sentido, pode se perceber que as relações dentro de uma sociedade liberal pautada pelo colonialismo não se restringe ao âmbito puramente econômico, mas se expande por todas as formas

relacionais, implicando assim a necessidade de uma perspectiva capaz de abarcar o conjunto demonstrado nesse processo.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo.

No texto *Europa, modernidade e eurocentrismo* de Enrique Dussel, professor da Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, propõe um deslizamento semântico do conceito de Europa, isto é, uma mudança de significado. Sinaliza ele a necessidade de não confundir a Grécia com a futura Europa, uma vez que há uma diferença entre a Europa vinda do Oriente e a Europa definitiva, moderna. Importante se faz ressaltar que a Grécia-Roma-Europa é entendida como uma manipulação conceitual racista e nada tem a ver com o ideário romântico alemão.

Para a destruição do conceito de Europa, Dussel separa três grandes eixos: o primeiro é a mitológica Europa semita, o segundo ocidental que se opõe ao oriental, entendido como império helenista, falante do grego, situado entre a Grécia e a Ásia e por último, mas menos importante, o terceiro que entende o grego clássico constituído de cristianismo e islamismo, sendo estes os verdadeiros herdeiros do helenismo.

Em *Sequencia histórica do mundo grego à Europa moderna* o autor separa dois grandes argumentos para fundamentar esse deslocamento desse conceito de Europa, que permite o entendimento de uma Europa com muitas influências não ocidentais, logo pluriversal. Explica que a influência grega não é direta, que Aristóteles é um filósofo estudado muito mais pelos árabes que pelos cristãos e que a Europa latina busca constantemente impor-se no mediterrâneo oriental e é considerada uma cultura periférica. A grande denúncia seria que o helenismo não é Europa e que a universalidade tão defendida não seria tão extensa como a muçulmana no século XV. O último argumento desta sequência promove uma fusão em entender que o Ocidente latino se une ao grego Oriental.

No esquema 2 da sequência, Dussel apresenta uma proposta unilinear chamada de tradicional. A invenção ideológica manipula de forma exclusiva a cultura grega como européia e Ocidental. Essa visão é duplamente falsa por dois motivos: não há uma história mundial e o lugar geopolítico impede de ser o centro, “temos assim a Europa latina do século XV, sitiada pelo mundo muçulmano, periférica e secundária no extremo ocidental do continente euro-afro-asiático.”

Em *Dois Conceitos de Modernidade* o autor apresenta o cerne da discussão que é a oposição de uma interpretação de uma Europa moderna hegemônica. Para ele trata-

se de uma identidade latino-americana. O primeiro conceito de Modernidade é eurocêntrico que só considera acontecimentos históricos essenciais, como a Revolução Francesa. O segundo conceito é da Espanha como a primeira nação moderna, a Europa latina na história mundial.

Em *A Racionalidade e Irracionalidade: o mito da Modernidade* a discussão posta é a da contraposição entre universalidade abstrata e mundialidade concreta, que apresenta o eurocentrismo como confusão destas. O autor mostra o *ego conquiro* anterior ao *ego cogito*. Isto significa a interposição luso-hispânica sobre o índio americano, uma vez que considera a superioridade concentrada em acumulação de riqueza material.

Dussel chama de mito civilizatório ou inocência de violência moderna a *práxis* irracional de violência justificada pela modernidade, separa assim a descrição em 7 passos. 1) autodescrição de civilização desenvolvida e superior; 2) obrigação ao desenvolvimento; 3) o modelo de Europa é uma falácia desenvolvimentista; 4) pó exercício da violência é justificado à oposição do bárbaro; 5) a dominação produz vítimas, a violência é inevitável e faz parte do sacrifício do herói civilizador; 6) o bárbaro tem culpa por se opor ao processo civilizador, daí esse processo ser emancipador; 7) o caráter civilizatório é entendido como um momento de inevitáveis sofrimentos.

Como saída o autor sugere a negação do mito da Modernidade. De uma forma encadeada é necessário negar a vítima inocente, negar a inocência da Modernidade, o entendimento de sua face essencial que é o mundo periférico colonial, culturas populares alienadas como vítimas de um ato irracional. Há então injustiça na *práxis* sacrificial da Europa superando a razão emancipadora, sendo necessário descobrir a dignidade do outro, afirmação de sua alteridade.

Esse projeto é chamado de transmodernidade, projeto mundial de libertação político, religioso, econômico, ecológico, erótico, pedagógico, em que a alteridade é essencial à Modernidade. Seria a correalização do impossível para a modernidade, isto é, correalização de solidariedade. O mundo periférico se transforma não por pura negação, mas por incorporação da alteridade. Dussel não nega o nascimento da Modernidade em 1492, mas propõe uma superação não por subsunção emancipadora racional, mas pela via da transmodernidade.

MIGNOLO, Walter D. Europa, modernidade e eurocentrismo.

Nas primeiras linhas de *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*, Walter Mignolo expõe desde logo sua tese que será desenvolvida ao longo do texto: a emergência da ideia de “hemisfério ocidental” deu lugar a uma mudança radical no imaginário e nas estruturas de poder do mundo moderno/colonial. Para dar conta de sua proposta, Mignolo articula diversos conceitos elaborados por outros autores tais como, Édouard Glissant (escritor martinicano), Immanuel Wallerstein (sociólogo americano) e Anibal Quijano (sociólogo peruano).

Ao menos três conceitos podem se considerados como “chaves interpretativas” para a leitura do texto de Mignolo. Inicialmente, nosso autor toma para si o conceito de imaginário visto na obra de Glissant e lhe confere uma roupagem geopolítica. Para Glissant esse imaginário atua como uma construção simbólica que é realidade por uma comunidade para definir a si mesma, formando uma espécie de identidade. Mignolo reescreve esse conceito num registro geopolítico, explicando que a imagem que nós temos hoje da civilização ocidental é fruto da formação de um imaginário que determinou o Mediterrâneo como região central do mundo antigo e, partir do século XVI, com a derrota dos mouros, a expulsão dos judeus e a expansão da rota comercial do Atlântico, os mouros, os judeus, os ameríndios e os escravos africanos formaram a exterioridade do que ficou conhecido como ocidente cristão.

Outro conceito que será empregado por Mignolo é o de sistema-mundo, pensado a partir da perspectiva do sociólogo Immanuel Wallerstein. O sistema-mundo é uma construção teórica interdisciplinar que intenciona explicar o funcionamento das relações sociais, políticas e econômicas ao longo da história. Mignolo assinala que esse conceito é importante na medida em que ele põe em revelo a emergência do circuito comercial do Atlântico no século XVI, o que o autor considera fundamental na história do capitalismo e da modernidade/colonialidade. Nesse sentido, o autor considera relevante não a própria ideia de sistema-mundo, mas sim o impacto o comércio Atlântico representou para o sistema-mundo.

Os termos colonialidade do poder e diferença colonial se referem a um tipo de estratégia articulada pela “modernidade” que foi fundamental para formação da Europa e tornou-se indissociável do capitalismo a partir do século XVI. Mignolo chama atenção para o fato de que o surgimento (e a consolidação) do circuito comercial do Atlântico ajudou o processo de constituição do imaginário da modernidade. Esse imaginário, por sua vez, deixa obscurecida a outra face da modernidade, ou seja, a colonialidade do

poder. Como diz Mignolo, a colonialidade do poder e a diferença colonial são os lados silenciados pela imagem reflexiva que a modernidade construiu para si.

Nesse sentido, a noção de sistema-mundo de Wallerstein aborda a questão da modernidade e do colonialismo, porém, não leva em consideração a colonialidade do poder. Para Mignolo, a visibilidade da diferença colonial, no mundo moderno, só começa a ser notada com os movimentos de descolonização desde os fins do século XVIII até a segunda metade do século XX.

De acordo com Mignolo, o imaginário do mundo moderno/colonial surgiu da complexa articulação de forças que reiteradamente suprimiu as memórias e histórias de outros povos. Como aponta nosso autor, em princípios do século XX, o sociólogo e intelectual negro W. E. B. Du Bois introduziu o conceito de “dupla consciência” que captura o dilema de subjetividades formadas na diferença colonial. Nesse sentido, podemos falar em dupla consciência colonial porque a consciência vivida na diferença colonial é subalterna.

Segundo Mignolo, o princípio da dupla consciência é a característica do imaginário do mundo moderno-colonial nas margens dos impérios (nas Américas, no Sudeste da Ásia, no Norte da África e ao Sul do Saara). A dupla consciência seria para Mignolo a consequência da colonialidade do poder e a manifestação de subjetividades forjadas na diferença colonial.

A idéia de “hemisfério ocidental” (que é mencionada cartograficamente pela primeira vez apenas no final do século XVIII) estabelece já uma posição ambígua. A América é a diferença, mas ao mesmo tempo é a mesmidade. É outro hemisfério, mas é ocidental. É diferente da Europa (que por certo não é o Oriente), mas está ligada a ela. É diferente, no entanto, da África e da Ásia, continentes e culturas que não formam parte da definição de hemisfério ocidental.

Para ilustrar essa dupla consciência, Mignolo realiza um quadro comparativo diferentes processos de colonização. Assim, Mignolo diz que a consciência crioula negra, contrária à consciência crioula branca (anglo-saxã ou ibérica), não era a consciência herdeira dos colonizadores e emigrados, e sim a herdeira da escravidão. Assim, o “hemisfério ocidental” e a “nossa América” são figuras fundamentais do imaginário crioulo (anglo-saxão ou ibérico), mas não do imaginário ameríndio (no Norte e no Sul), ou do imaginário afro-americano (tanto na América Latina quanto no Caribe e na América do Norte).

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo.

Em seu artigo, *Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo*, Fernando Coronil nos traz o conceito de globocentrismo, ao desvelar certas práticas contemporâneas que acabam por escamotear algumas realidades que são vigentes nas sociedades ditas democráticas e que na verdade nos são muito antigas, a saber, o velho e sempre novo: colonialismo.

Coronil inicia seu texto lembrando o quanto ainda é tímido os estudos pós-coloniais no que diz respeito a América-Latina. O autor lembra que os estudos sobre essa temática se iniciou e é muito forte em relação a Ásia e a África.

A partir disso, o autor vai colocar em xeque o que talvez seja um dos motivos que encobrem um estudo mais crítico em relação a um estudo mais revolucionário acerca de uma descolonização segundo os estudos pós-coloniais. Fernando Coronil irá denunciar a boa nova da globalização neoliberal como uma forma de velar uma antiga violência que permanece até os dias de hoje: a colonização.

Partindo do relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) de 1997 e do artigo intitulado *La IV Guerra Mundial ha comenzado* (1997) escrito pelo Subcomandante Marcos, líder do movimento zapatista indigenista (EZLN, Ejército Zapatista de Libertação Nacional), publicado no *Le Monde diplomatique*. Fernando Coronil nos mostra a grande mágica da globalização que constitui em ocultar o seu lado sombrio, pois a partir do relatório da UNCTAD, as desigualdades não param de crescer. Em relação ao texto do subcomandante Marcos, o autor busca fundamentos e argumentos para explicar o quanto a globalização é uma nova forma de conquista de territórios, isto é, a velha pratica de colonialidade.

O autor visa desmistificar a globalização como única e última condição possível de realizar um projeto de unificação de todas as sociedades do globo, ou como diz o autor, para a realização individual e a esperança da união dos povos. E isso se dará, segundo ele, a partir de uma globalização das instituições financeiras e de grandes corporações. Daí, então, se escamoteia as diferenças regionais, locais, culturais, temporais e sociais. Consequentemente, não precisaríamos pensar mais em termos de diferenças, diferenças étnicas, raciais, de gêneros, de religião, de cultura e de classe.

Fernando Coronil irá apresentar, então, o conceito de globocentrismo, uma prática totalitária e violenta da globalização de querer agrupar todos como semelhantes, porém, acabar por unificar dividindo, além de, produzir uma nova forma de controle e

dominação. Para o autor, o fase em que se encontra a globalização possibilita uma nova configuração do mundo capitalista que organiza a paisagem geopolítica e cultural da modernidade.

Apresentando a face oculta da globalização, o autor demonstrará que o globocentrismo acaba por esconder as divisões e as diferenças tanto no plano concreto, ou seja, em termos de divisões espaciais, como no que diz respeito as relações humanas. Portanto, se a velha forma de colonização produzia uma violência aos países colonizados, reprimindo e obliterando o outro em si, segundo Coronil, essa prática violenta se repete hoje com o nome de globalização.

Para compreendermos como isso é possível, o autor já apresenta o esgotamento do conceito de eurocentrismo, visto que o globocentrismo procura apagar os limites entre Ocidente e Oriente, entre Norte e Sul. Diante disso, escamoteia-se o lugar do opressor, do dominante, a saber, o Ocidente e todos os elementos e práticas que o compõem, que, para o autor, se delimita em: divisão do mundo em unidades em que algumas são marginalizadas; deslocam e apagam a história e a cultura de tudo aquilo que não é Europeu; transforma as diferenças em hierarquias; naturalizam essa diferenças hierarquizadas; reproduzem uma lógica de poder para contar e possuir o diferente.

Para o autor, essas formas de práticas e de observações em relação ao outro colonizado, escondem a verdadeira diferença entre a Europa e suas colônias ou a globalização europeia e suas pós-coloniais. Deste modo, segundo ele, essas práticas ofuscam um certo olhar sobre a violência promovida pelo colonialismo e o imperialismo, que traziam em suas ações e invasões os discursos de civilização e modernidade.

O autor apresenta também, uma outra relação entre o capitalismo e natureza, para Coronil todos os críticos do capitalismo, esqueceram de incluir na relação entre capital e natureza, o elemento terra. Ao focarmos o desenvolvimento do capitalismo a partir da colonização territorial de outras regiões, o autor nos explica que assim ampliamos o papel do capitalismo no que diz respeito a exploração da natureza e a produção de riqueza e evidencia a prática global desde os primórdios do capitalismo. Em outras palavras, o autor nos explica que a o projeto de colonização estava completamente intrínseco ao ideal capitalista, e que nas suas ações em outros territórios já demonstravam as primeiras etapas do que hoje denominamos globalização. Para o autor, o capitalismo está muito além do controle e da manipulação dos empresários,

economistas e teóricos do desenvolvimento e a exploração de mão de obra do trabalhador. Segundo o autor, mas na exploração dos recursos naturais dos países colonizados.

Portanto, podemos compreender a partir do texto de Fernando Coronil que a globalização, ou melhor seria dizer, o globocentrismo é a nova forma de violência colonial, pois se desenvolve a partir da exploração de pessoas, de terras e de recursos naturais de países e sociedades não europeias, nem norte americanas, mas que são apaziguadas com os discursos de paz mundial, paz global, união dos povos.

Talvez pensar em termos de uma quarta guerra mundial como propõe o subcomandante Marcos é pensar uma forma de resistência contra as forças imperialistas, contra a constante marginalização e o aumento da pobreza que se dá maquiado com as falas de desenvolvimento ou de progresso, de inclusão ou de agregação. Todos esses discursos, portanto, escondem na verdade a concentração de poder e a distribuição da miséria.

Portanto, para concluir, Fernando Coronil compreende que essa abordagem deve ser considerada nos estudos pós-coloniais para não cair no grande feitiço promovido pelo capitalismo, que se resumem em oferecer como solução as mesmas práticas que outrora colonizaram os países e culturas fora da Europa. Coronil relembra que em nome do cristianismo se apagou e destruiu outras religiões, através da lógica da exploração da natureza se rebaixou modos de existências de povos que viviam de uma relação harmoniosa com a natureza e, em termos de ética, destruiu-se relações humanas que eram baseadas na reciprocidade e na solidariedade, dando lugar, então, a competição individual e a exploração do homem pelo homem.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?

O artigo de Arturo Escobar intitulado *O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?*, já começa com a denúncia do abandono do lugar como questão filosófica por parte dos filósofos na história do Ocidente. Além disso, o autor aponta a globalização como outra estratégia para maquiagem a questão do lugar. Ora, Escobar irá nos apresentar, portanto, que se negar a discutir ou pensar o lugar, o espaço, o território e o pertencimento, implica em diversas questões, que vão desde a problemática acerca da cultura até a relação ecológica do homem com a natureza.

Neste artigo, o autor vai apontar a importância e a relevância concreta da discussão a respeito do espaço que está para além do saber e conhecer. Escobar irá demonstrar o quanto a questão do enraizamento, da fixação num lugar é fundamental para aqueles que são se pátria, sem terra, sem lugar. O autor reconhece a importância da experiência do indivíduo com o seu lugar, com sua cultura, com suas raízes. E, diante disso, a necessidade de se falar desse assunto.

Recorrendo a antropologia, a geografia, as comunicações e aos estudos culturais o autor apresenta que novos conceitos são fundamentais para se pensar as novas relações em tempos de globalização. Porém, para além do nomadismo e da desterritorialização, que aparentemente estariam de acordo com a lógica da globalização, que apresenta uma falsa apreensão do lugar enquanto um lugar universal, de uma história universal, como um lugar onde se abrange todos num só espaço, Escobar salienta que é importante deslocar a questão para a importância do lugar que garanta a diferença nela mesma, ou seja, focar no lugar próprio de cada cultura como experiência única do lugar, nas suas particularidades, produzindo sua economia e sua relação com a natureza.

Convocado as críticas elaboradas pelo discurso de pós-desenvolvimento e ecologia política, Arturo Escobar compreende nesses debates a ideia de valorizar o lugar como resistência ao capitalismo e a globalização econômica. O autor acredita que pensarmos a economia, a sustentabilidade a partir de culturas locais, culturas que foram marginalizadas e subalternizadas, podem trazer novas perspectivas que atuem por um lado como reafirmação do lugar e da cultura local, e como afirmação de identidade, porém, ressalta o autor, uma identidade não em termos de essência, mas de construção e criação.

O autor ainda associa a ideia de que a obliteração do lugar como questão filosófica, tem seus fundamentos no processo de colonização, pois ao invadir, tomar e explorar o espaço de outrem, era preciso também violentar tudo o que daquele lugar pertencia em termos epistemológicos, além de garantir uma reafirmação da ciência do homem europeu como única e superior.

Arturo Escobar destaca os avanços em algumas áreas de conhecimento, tais como a cognitiva, a etnobiologia e a antropologia, entre outras, que procurando pensar o lugar a partir dele mesmo, constrói outros modos de operação epistemológico que resistindo a dicotomia clássica cultura/natureza, entende um tipo de relação do humano

com o não-humano, enquanto um lugar de criação e preservação daquilo que é natural e saudável para a natureza e o homem.

O autor apresenta também um grande aprofundamento acerca das implicações de uma abordagem sobre uma cultura local quando se parte da dicotomia natureza e cultura, pois tendo esse binômio como referencial teórico, acaba-se por violentar o que o outro entende como o que é natural e o que é uma construção social. Em outras palavras, é possível que em dada comunidade indígena, a relação com o divino, com a natureza, com os objetos, com o inanimado, não fazem parte de categorias que classificam em termos hierárquicos, o que, conseqüentemente, invoca valores.

Para finalizar, Arturo Escobar relaciona a ideia de lugar próprio, de cultura local, enquanto um espaço que produz seus próprios mecanismos de sobrevivência e de ciência, de relação com a natureza, como um lugar de resistência política. O autor traz a tona movimentos sociais locais que operam segundo uma outra lógica, que não é globocêntrica.

O autor pretende demonstrar que outras relações são possíveis ao imperialismo global e capital. E, segundo ele, isso é possível a partir de alternativas locais, partindo suas experiências, do seu saber fazer etc. Diante disso, Arturo Escobar defende a ideia de que a defesa do lugar, pode partir desde movimentos sociais, de ativistas locais, de artistas até arqueólogos históricos, antropólogos ecológicos, psicólogos ambientalistas e ecólogos.

SANTIAGO, Castro-Gomes. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro.

Santiago Castro-Gómez nos apresenta com um trabalho intitulado *Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”*, neste artigo, o autor opera epistemologicamente por colocar como grande problemática o projeto de modernidade europeu e o que ele denominará por fim da modernidade.

O autor inicia por definir o que seria o projeto de modernidade, produzido e oriundo do *topos* europeu. Castro-Gómez compreende a modernidade como o momento de tentativa de elevar o homem ao máximo da grandeza, para que ele possa controlar a natureza e os outros “homens”. Neste período, o homem moderno supera deus e coloca a razão como condição de possibilidade para a produção do saber e do conhecer, conseqüentemente, para controlar e explorar. Essa condição, portanto, será fundamental

não apenas para ter o controle da natureza e a organização social, mas para garantir e justificar todo o processo de colonização. Além disso, é neste momento que o homem europeu moderno, afirmará sua identidade, período no qual a produção de alteridade, dirá o autor, será mais efetiva. Porém, adverte o autor, para essa produção de saberes e de identidades, garantidos epistemologicamente pela razão, não seria possível sem a garantia e a presença do Estado. O Estado será aquele que possibilitando uma organização social, apresentará todas as condições para a execução desse projeto de modernidade.

Nesse sentido, vai defender Santiago Castro-Gómez, as ciências naturais e, principalmente, as ciências sociais, são cruciais para que esse projeto de modernidade fosse efetivado. Para o autor, sem as ciências sociais, dificilmente os Estados modernos poderiam conseguir ter o controle dos homens e da natureza.

Sendo assim, compreender a modernidade como uma máquina de invenção de alteridades, é levar em conta todos os dispositivos técnico-científicos, pautadas na centralização da razão, que ao construir a identidade do outro, ou seja, diz o autor, ao inventar o “outro”, pode, portanto, controlá-lo e dominá-lo. Esse mecanismo de inventar alteridade, todavia, traz em sua estrutura, o dispositivo de saber-poder.

Esse dispositivo, dirá o autor, será uma ferramenta disciplinar e de controle das diferenças. Um dos caminhos apontados pelo autor, é a formação do sujeito, sujeito esse que é o sujeito europeu, a saber, o dito homem heterossexual, branco, racional e civilizado segundo os padrões e as determinações europeias. A América Latina será, podemos perceber ao longo do texto, o grande laboratório dessas práticas inventivas.

A compreensão desses positivos serão de vitais importância para que possamos compreender o processo de colonização como um processo de colonialidade do poder. E esse ponto é uma denúncia do autor a negligência por parte das ciências sociais de não aceitarem essa realidade, como uma condição crucial para pensarmos o que seria o projeto de modernidade. O autor ainda insiste que essa limitação implica numa deficiência conceitual e epistemológica.

Se valendo dos conceitos de filósofos pós-coloniais, de Mignolo, Dussel, Quijano entre outros, Santiago Castro-Gómez traz para o debate novos conceitos que impossibilitam pensar a modernidade desvinculada do processo de colonização. Nesse sentido, conceitos como sistema/mundo, modernidade/colonialidade e colonialidade do poder, são indispensáveis para pensarmos as sociedades contemporâneas do ponto de vista da descolonialidade.

Assim, após definir a modernidade como um conjunto de práticas racionais para o controle da vida humana, o autor apresenta um certo esgotamento da modernidade que ele denomina enquanto o fim da modernidade. Para Castro-Gómez, desde o momento que o estado perde o controle e organização dos corpos, dos indivíduos e das formações de subjetividades, podemos encontrar ali o fim da modernidade, que, outrora, seria garantido pelo Estado.

O que o autor vai demonstrar é que no momento em que o Estado não possui mais esse controle, e que as relações não passam mais pela racionalização do Estado, os indivíduos passam a construir suas próprias subjetividades, suas invenções identitárias, etc.

É neste momento é que o autor vai apresentar a diferença entre a modernidade e a pós-modernidade, a partir de uma leitura da atualidade da perspectiva da globalização. Na atualidade, portanto, não há mais um governo que governa, mas uma governamentalidade sem governo.

Santiago Castro-Gómez então apontará que o discurso da pós-modernidade como um lugar de nova invenções e relações, se pauta na recusa de condições anteriormente postas. Pois, se hoje o homem pensante de Descartes, o homem moral de Kant caem por terra em toda sua universalidade transcendental, seriam os próprios jogadores que construíram suas regras do jogo. No entanto, diz o autor, há um grande risco nessa leitura, que vem com o discurso como condição pós-moderna proposto por Lyotard.

O que Santiago Castro-Gómez quer apontar é que compreender que as regras não foram dadas anteriormente, acaba por invisibilizar, certas forças no sistema-mundo que ainda constroem as diferenças. O que o autor está propondo é que possamos falar de diferenças sem cair na essencialidade, que se possa falar de totalidade, mas compreender as micro relações. E, assim, perceber os novos mecanismos de produção de diferença que são manipulados pelo discurso de globalização.

ALEJANDRO, Moreno. Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidade no âmbito social.

Em *Superar a exclusão, conquistar a equidade: reformas, políticas e capacidade no âmbito social*, página 88 – 94, Alejandro Moreno no início do seu texto estabelece a diferenciação entre conceitos de marginalidade e exclusão, no primeiro tem se a ideia de fronteira, possibilidade de ultrapassar um território, já a exclusão pressupõe

a ideia de uma distância radicalmente separadora, há um fora e um dentro. Contudo, essas separações não dizem respeito ao território propriamente mas a condições de vida, distinguindo superioridade e inferioridade ou seja, trata-se de desigualdade.

A narrativa que aponta essa problemática é pronunciada pelos incluídos. O autor aponta que mercado e cidadania são sistemas que articulam quem está fora e quem está dentro, desse modo passasse a compreender que o externo é o excluído e que não há modo de vida possível fora das regras de funcionamento dos incluídos, são fadados a se pertencer, cooptados ou desaparecer.

A história aqui ganha um caráter natural, não sendo percebida como um produto localizado em determinado contexto, mas como inevitável. Esse discurso particular e dominante vem sendo usado como pretexto para o exercício do poder e da dominação do ocidente. Esse determinismo histórico que impõe a sociedade burguesa como modelo desconsidera que o mercado surge, como o conhecemos, junto com esta mesma sociedade. A ordem do mercado surge como mecanismo não intencional das ações humanas.

Do surgimento do mercado como sistema surge também uma lógica operacional que pressupõe crises. As crises são esperadas e desejadas, servindo para manter o próprio sistema, sendo prejudicial apenas para a grande maioria. Assim surge também o discurso de capacitação para inclusão, como uma alternativa a saída da precariedade. Sacraliza-se o sistema e submete a vítima, como se o excluído fosse culpado da própria miséria. Este discurso esconde o ponto crucial do problema: não se trata das condições dos excluídos, mas antes dos agentes de exclusão.

Alejandro Moreno traz seu estudo realizado num bairro venezuelano onde o modo de vida em comunidade aparece fora da compreensão comumente tida dentro dos cânones teóricos até então conhecidos. O autor reinventa metodologias para dar conta de entender as relações envolvidas naquele modo de vida. O eu individual cede lugar ao eu relacional em que o intercâmbio de bens opera de maneira mais solidária.

Nessa comunidade se apresenta uma acumulação comunitária baseada na confiança e sempre distribuída. O investimento que se observa é em grande medida investimento em material humano. Como todas as ações são relacionais os ganhos e as perdas acontecem para todos ao mesmo tempo.

O autor usa o termo *outredad* para entender o outro fora da oposição exclusão – inclusão, como agentes de um mundo externo porém não necessariamente excluído. Os indivíduos observados nesse estudo não se concebem como indivíduos autônomos, mas

em uma relação convivencial. Deste modo, podemos perceber que é possível a coexistência de um modo de vida popular presente nessa comunidade e um modo de vida do mercado moderno atual. O autor nos convida a pensar em uma diversidade convivente e não excludente, em um sistema em que o mercado esteja a serviço do povo e não o sobrepujando.

SEGRERA, Francisco López. Abrir, “Impensar” e redimensionar as ciências sociais na América Latina e Caribe É possível uma ciência social não eurocêntrica em nossa região?

O texto se desdobra sobre o legado das ciências sociais uma análise mundial e regional, considerando seu desenvolvimento até o momento atual e suas perspectivas futuras. O autor propõe uma releitura da contribuição das ciências sociais para que se possa vislumbrar novos paradigmas.

Uma das proposições de Segrera é uma crítica ao legado que ele entende ser constituído por três principais axiomas, a saber, o primeiro que diz respeito a Durkheim existem grupos sociais que tem estruturas explicáveis e racionais; o segundo de Marx todos os grupos sociais contém subdivisão dispostas hierarquicamente e em conflito constante; já o terceiro de Weber afirma que os grupos e/ou Estados atuam hegemonicamente gerenciando conflitos, tendo sua autoridade legitimada pelos subgrupos que compõe a base da hierarquia em troca da manutenção da sobrevivência.

Há necessidade de abordar as problemáticas a partir de um viés interdisciplinar como bem percebeu a direção geral da UNESCO que está em consonância em vários aspectos com as proposições de importantes sociólogos visando um enfoque crítico ao eurocentrismo e o desenvolvimento redimensionando das ciências sociais.

Essa tendência dialoga com os esforços para a superação das desigualdades sociais muito presentes na América Latina e no Caribe ou ainda nos países tidos em desenvolvimento, a UNESCO apresenta uma agenda de trabalho que visa apoiar o desenvolvimento das ciências sociais na região desde o final da segunda guerra mundial. Este desenvolvimento se deu perseguindo diferentes paradigmas dentre os quais se pode falar de: capitalismo colonial, “centro-periferia”, “subimperialismo” e por fim o axioma da dependência.

O primeiro refuta a ideia que houve feudalismo nas Américas e sustenta que a existência de um regime ambíguo em vigor e funcionando como gérmen do capitalismo industrial. No que tange a discussão de “centro-periferia” os países periféricos

trabalham em prol do enriquecimento dos países do centro. Já o subimperialismo seria um conceito que diz respeito ao surgimento de potências capitalistas medianas no que tange a divisão internacional do trabalho. O axioma da dependência opera em uma lógica econômica em que há um condicionamento de alguns países em relação a expansão de outros determinando assim o favorecimento ou dificultando que suas próprias economias se desenvolvam.

Pode se dizer que há uma extensa gama de contribuições de autores latino americanos para a compreensão da colocação da região do sistema-mundo capitalista esse pensadores enfrentam os paradigmas eurocêtricos e promovem um discurso que considera as especificidades regionais.

Nesse sentido o autor em tela propõe uma análise das ciências sociais a partir do que entende por *impensar*, conciliando sistemas complexos sem desconsiderar sua autonomia e promovendo uma visão transdisciplinar na aplicação de seus métodos com contribuições da história, da antropologia, da economia, da ciência política, da ciência política, da psicologia e da filosofia.

Em suma, a proposta de Segrera é uma transdisciplinariedade aplicada à pesquisa como desconstrução de paradigmas das ciências sociais demarcando a importância dos estudos latino americanos. Essa aplicação se dá no interior das Universidades, em grupos de pesquisa e compartilhamentos de âmbito internacional.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.

Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina de Aníbal Quijano discute a globalização como resultado de um processo eurocentrismo realizado na América dada a expansão do capitalismo colonial, tem-se um novo modo de poder alicerçado em grande medida por uma ideia de raça. Com o fim do colonialismo como padrão econômico a América teve como legado a colonialidade do poder.

Esta obra é dividida em três blocos principais que norteiam a análise dos reflexos do colonialismo. O primeiro intitulado “A América e o novo padrão de poder mundial” o autor discute as categorias de raça e trabalho como pilares da estrutura colonialista na América; no segundo bloco “ Colonialidade do poder e eurocentrismo” observamos a consolidação do capitalismo com a exploração da América e o despontar de uma perspectiva eurocêntrica do conhecimento, a experiência histórica é percebida de forma dualista, evolucionista, em cuja naturalização das diferenças repousa sobre uma distorção das mesmas, situando o não europeu como inferior e atrasado. Já no

terceiro bloco “Eurocentrismo e experiência histórica na América Latina” vem abordando a formação do moderno Estado-nação que ocorre na Europa como um processo simultâneo a colonização, a seguir trata das experiências dos Estados Unidos da América e da América Latina traçando diferenças e aproximações, pautados pela diversidade da colonialidade.

Quijano aponta a colonização da América com um primeiro passo pra identidade de modernidade. A colonização se sustentou sobre dois pilares do poder: raça e trabalho. A primeira como principal fundamento para a exploração da segunda.

O Autor aponta a ideia de raça com o sentido usado na modernidade surge como um fenômeno posto como justificativa para as novas relações a partir da colonização. Seu uso tem indicação nitidamente hierárquica, marcando diferenças de identidade entre dominantes e dominados. Raça passa então delimitar as estruturas de poder e o modo de classificar a população naturalizando a dominação européia sobre o restante do mundo.

O capitalismo é apontado por Quijano como processo singular de relações de produção configurado globalmente, fundamentando novos padrões de trabalho e circulação de mercadorias. Essas novas relações associadas a ideia de raça dividiram o trabalho sistematizando racialmente os papéis exercidos. Em suma, tem-se uma divisão racial do trabalho definindo quem gera riqueza e quem a usufrui.

A Europa passa a concentrar as riquezas da América através da escravidão e da exploração do trabalho negros, índios e mestiços e a concentrar o comércio mundial, dominando as rotas marítimas. Esse processo favoreceu o eurocentramento do capital e a dominação de outras populações pelo mundo. Em quase sua totalidade, povos não europeus afetados pela crescente monetização das relações de produção e comércio não recebiam salário, sendo este um privilégio branco.

O controle colonial do trabalho acabou por determinar a articulação geográfica do capitalismo e posteriormente os processos de formação dos modernos Estado-nação tanto na Europa quanto na experiência americana, no caso da América o autor observa que a relação de colonialidade tem perfis distintos entre as dominações hispânicas ou britânicas além de considerar a proporção de brancos e não brancos nesses territórios. A criação de estados independentes em sociedades marcadas pelo colonialismo apresentam um paradoxo destes processos, mas que demonstra o traço que se estende da colonialidade do poder. A questão racial figura como elemento importante nessa trajetória, indicando como a colonialidade do poder atua tendo a raça como um significativo instrumento de dominação.

O debate proposto por Quijano resvala na questão das revoluções ocorridas na América lançando luz sobre os fundamentos desses projetos estarem atrelados a um caráter democrático burguês ou socialista, discutindo as relações entre feudalismo e capitalismo dentre o leque de possibilidades.

Se pudesse apontar um encaminhamento para a descolonização da sociedade, o autor em tela sugeriria uma análise a partir do entendimento da própria identidade, se distanciando do reflexo eurocentrado.